

Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS, SGFIM, SA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2013



Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2013.....	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2013.....	13
1.3	Contas 2013.....	16
2	Demonstrações Financeiras.....	19
2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2013 – Ativo.....	20
2.2	Balanço em 31 de Dezembro de 2013 – Passivo e Capital.....	21
2.3	Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2013.....	22
2.4	Demonstração de Rendimento Integral.....	23
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	24
2.6	Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2013.....	25
3	Anexos.....	26
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão.....	27
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	29
4	Certificação Legal das Contas.....	42

| 1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2013

Mercados financeiros em 2013

Embora, em 2013, a economia tenham demonstrado sinais de estabilização nos países desenvolvidos e até de dinamismo nos países emergentes, o crescimento mundial ainda ficou relativamente fraco durante o ano, e não deveria exceder +3.25%, segundo as últimas estimativas do FMI. No entanto, as perspetivas de normalização da situação económica Europeia e Norte-Americana permitiram um excelente desempenho bolsista, através de uma forte diminuição do prémio de risco exigido pelos investidores, permitindo uma progressão de +29.6% para o S&P 500 e +17.9% para o Eurostoxx50. Ao contrário, os principais mercados emergentes conheceram uma vaga de desconfiança por parte dos investidores, a saída de capitais provocando uma queda sensível das cotações e das moedas, o índice MSCI Emerging Markets recuando 5,0%.

Uma recuperação a várias velocidades

O crescimento económico mundial tinha atingido em 2012 o seu ponto baixo, e a recuperação iniciou-se, portanto em 2013, com uma taxa ainda fraca de 3.25% segundo as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional. Mas esta tendência média mundial esconde fortes disparidades geográficas.

Do lado dos países desenvolvidos, a realidade diverge entre a Europa e os Estados Unidos, onde a crescimento económico atingiu 1.9%, apesar do ajusto orçamental aplicado. No mesmo período, o Japão registou uma evolução de 1.6%, graças a uma política orçamental e monetária voluntarista, o que representou um passo em frente significativo para esta economia.

Ao contrário, na Europa, o crescimento ficou quase nulo em 2013 (+0.1%). No seio mesmo da União Europeia, registaram-se evoluções contrastadas, entre -3.7% na Grécia e +1.9% no Reino Unido. De salientar que, em Portugal, a situação económica melhorou, com uma contração do PIB, menor do que esperada, de -1.4%, mas, sobretudo, um primeiro crescimento homólogo desde 2010 no quarto trimestre de 2013: +1.6% face ao 4º trimestre de 2012.

Nos países emergentes, o crescimento foi vigoroso, apoiado pela aceleração do consumo, e a retoma das exportações. Dos BRICS, destacam-se no entanto duas exceções do lado do Brasil (+0.9%) e da Rússia (+1.5%), enquanto o abrandamento na China e na Índia ficou mais limitado (+7.5% e +5.9%).

CRESCIMENTO ECONÓMICO EM 2013

Mundo	3,3%	Zona Euro	-0,4%
Estados- Unidos	1,9%	Alemanha	0,5%
China	7,5%	França	0,3%
Japão	1,6%	Reino Unido	1,9%
Brasil	0,9%	Itália	-2,4%
Rússia	1,5%	Espanha	-1,2%
Índia	5,9%	Portugal	-1,4%
União Europeia	0,1%	Grécia	-3,7%

Dados OCDE, Banque de France, IMF & Eurostat 2014

As perspetivas do FMI quanto à economia mundial em 2014 vão no bom sentido. Expecta-se um crescimento da ordem dos 4%, se os países desenvolvidos conseguirem superar os seus desequilíbrios orçamentais sem comprometer o seu crescimento, e se os emergentes ultrapassarem as suas próprias dificuldades, dos quais os riscos inflacionistas. Salientam-se 5 economias emergentes de potencial, para 2014: China, Nigéria, Filipinas, Bangladesh e Índia.

Mercados Acionistas: um ano bipolar

A relativa deceção quanto as performances económicas nos países emergentes pesou em bolsa, enquanto, do outro lado, os mercados acionistas nos países desenvolvidos beneficiaram de várias fatores favoráveis. Assim sendo, registaram-se performances bolsistas muito contrastadas entre, por um lado, os valores dos BRICs e, por outro lado, os dos países desenvolvidos.

Nos Estados-Unidos, o S&P500 fechou o ano de 2013 com ganhos recordes, que nunca tinham sido atingidos desde o final dos anos 90. Entre o acordo político no início do ano, para evitar o “Fiscal Cliff”, e o possível alívio das medidas de estimulação da economia anunciado por Ben Bernanke, Presidente do FED, em Maio, e concretizado desde Dezembro, foram múltiplos os sinais interpretados positivamente pelos investidores. O que levou o índice de referência a atingir novos recordes, e ganhar 29,6% no ano.

Na Europa também, o regresso à confiança, perdida em 2011 por causa da crise da dívida pública na zona euro, permitiu uma boa performance dos principais índices, inclusive de países periféricos como Espanha (IBEX, +21.4%) e Portugal (PSI20, +16.0%). A média Europeia situou-se em 17.9% (Eurostoxx 50), tal como o índice francês (CAC, +18.0%), e permaneceu liderado pela poderosa Alemanha (DAX, +25.5%), traduzindo o desfasamento entre a sua economia e o resto da Europa.

Mas o facto mais saliente do ano 2013, nos mercados acionistas, é o regresso em grande das ações japoneses. O Nikkei registou um ganho de 56.7%, a sua melhor performance desde 1972, graças a política facilitadora implementada pelo Banco Central Japonês, e a aposta na saída da espiral deflacionista. Traduzida para Euros, a performance é contudo mais modesta, de apenas 23,0% uma vez deduzido o efeito cambial em relação ao Euro.

No que diz respeito aos mercados emergentes, 2013 foi, ao contrário, um ano de deceção, com performances fracas ou negativas registadas pelos principais índices bolsistas (+2.9% na China, +0.2% na Rússia, -17.7% no Brasil).

Os dois principais motivos residem na deslocação da poupança internacional para Europa e Estados-Unidos, consequência direta do fim da mudança de política da FED, anunciada em Maio, terminando a era da abundância de liquidez, e a crise monetária que vigora em vários países emergentes, cuja inflação, nalguns casos, excede o crescimento económico. Essas mudanças revelaram as fraquezas monetárias, políticas ou até económicas nos países emergentes, exacerbando o regresso do “risco país” nestas zonas.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2013 (MOEDA LOCAL / EUROS)

Japão	NIKKEI 25	+ 56.7 %	+ 25,0 %
Estados Unidos	S&P 500	+ 29.6 %	+24,0 %
Alemanha	DAX	+ 25.5 %	
Espanha	IBEX 35	+ 21.4%	

França	CAC 40	+ 18.0 %	
Zona Euro	Eurostoxx 50	+ 17.9 %	
Portugal	PSI 20	+ 16.0 %	
Reino-Unido	FTSE	+ 14.4 %	+ 11,7 %
Itália	MIB	+ 12.3 %	
Austrália	ASX 200	+ 15.1 %	- 5,3 %
China	Hang Seng	+ 2.9 %	- 1,6 %
Rússia	MICEX	+ 2.0 %	- 3,8 %
Brasil	BOVESPA	- 15.5 %	- 29,9 %

Dados Bloomberg 2014, moeda local / Euros

Mercados obrigacionistas: os emergentes sofrem

Do lado das obrigações, o ano de 2013 revelou-se contrastado. O anúncio do fim progressivo do programa de compra de dívida por parte do FED levou o mercado americano a sofrer um “mini-choc” em Maio, a taxa de referência a 10 anos subindo de 1,6% para 2,6% em menos de dois meses, arrastando todos os mercados de dívida para perdas significativas. No mesmo período a taxa de referência alemã sofreu uma subida de 1,2% para 1,8%, enquanto em Portugal a evolução foi ainda mais marcada, de 5,2% para 7,3%.

O balanço do ano foi no entanto positivo do lado Europeu para os países “periféricos”. Itália, Espanha e Portugal viram as taxas da suas dívidas públicas descer de forma significativa em termos absolutos, o que em relação à taxa de referência alemã, que fechou o ano em 1,9% contra 1,4% no início de 2013, representa uma diminuição forte dos prémios de risco exigidos pelos investidores. Os riscos de explosão da zona euro foram claramente postos de fora pelos investidores.

Quanto à dívida nos países emergentes, sofreram dos fluxos de capitais para os países desenvolvidos, provocada pela alteração da política da FED, desde Maio de 2013. As vendas, em grandes volumes, de títulos de dívida emergente não só desvalorizou os títulos, como provocou uma espiral negativa, nomeadamente em países cujo balanço de pagamentos é deficitário, tais como a Índia, Turquia, Indonésia e Brasil.

Matérias-Primas: a idade de razão?

Consequência direta do regresso à confiança, após vários anos de crise, Prata e Ouro perderam, em 2013, da sua atratividade como valor refúgio. Logo, desvalorizaram-se, perdendo -36% e -28%. Foi o pior ano para o metal precioso desde 1981, e o ponto final a 12 anos consecutivos de subida.

A tendência baixista verificou-se globalmente na valorização dos metais, enquanto os preços do petróleo conheceram um desempenho mais favorável (+7% para o petróleo WTI).

Esta acalmia, e o início de saída da crise permitiu uma normalização do mercado das matérias-primas, afastando especuladores e investidores, e provocando resgates recordes dos fundos e trackers de metais e mercadorias. As quedas dos preços das matérias-primas é uma das principais razões dos valores historicamente baixos de inflação nos países desenvolvidos, juntamente com as políticas de austeridade e os níveis ainda muito elevados de desemprego.

Divisas: o euro forte

Nos mercados cambiais, as divisas dos países emergentes desvalorizaram-se em 2013, na sequência dos fluxos de liquidez internacionais, a favor da Europa e dos Estados Unidos.

O câmbio Euro-Dólar fechou o ano em ligeira subida, de 4,4%, a 1,3743. No entanto, esta evolução não deve ocultar a verdadeira subida do Euro, que ganhou 10% face a um conjunto de divisas internacionais.

O mercado dos Planos Poupança Reforma em Portugal

Evolução do mercado dos Planos Poupança Reforma (PPR)

Em 2013, após 2 anos de queda significativa, devida à supressão da vantagem fiscal baseada nas entregas em Planos Poupança Reforma e à forte preocupação dos bancos em captar depósitos para reforçar os seus balanços, o mercado dos Planos Poupança Reforma beneficiaram de uma nova dinâmica de crescimento.

PRODUÇÃO DE PPR – RAMO VIDA – 2003-2013

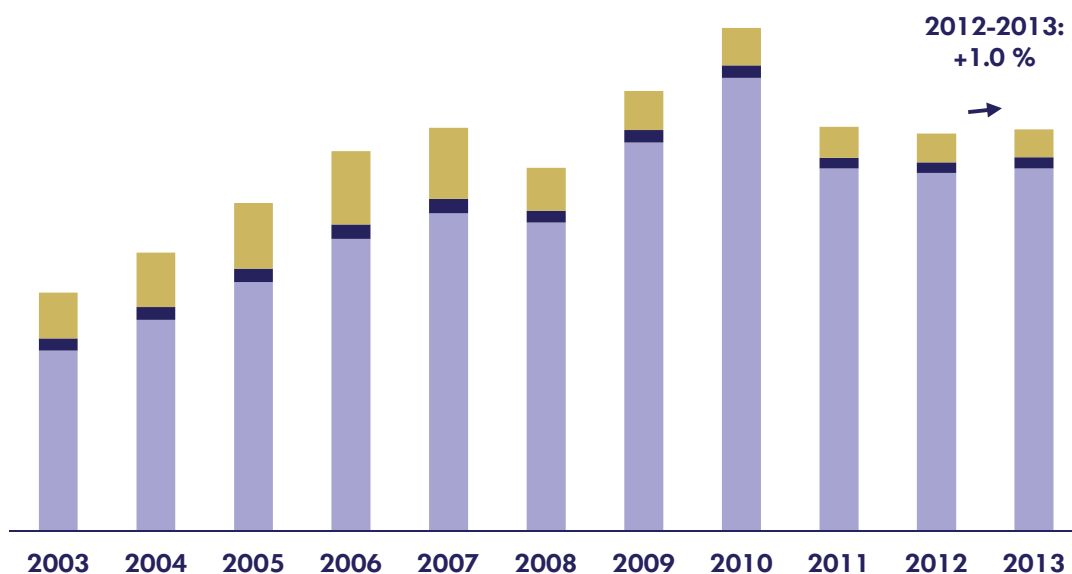


	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PPR - Seguro de vida	1 300 794	1 497 774	1 714 164	1 961 288	1 698 220	2 465 855	3 144 816	3 252 481	1 302 975	1 121 831	1 548 481
PPR não ligado a fundos de	1 253 704	1 356 720	1 441 808	1 509 375	1 264 290	1 899 343	2 726 103	3 028 312	1 204 194	1 064 305	1 500 982
PPR ligado a fundos de inve:	47 090	141 054	272 356	451 913	433 930	566 512	418 713	224 169	98 781	57 526	47 499

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ISP

Assim, em 2013, a produção de Planos Poupança Reforma, no ramo vida das Seguradoras, aumentou de +38,0% face ao ano anterior, e representou 1 548 milhões de euros.

ACTIVOS SOB GESTÃO EM PPR – 2003-2013



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PPR - Seguro de vida	6 041 918	7 074 502	8 341 704	9 791 156	10 641 258	10 335 809	13 010 394	15 184 240	12 146 432	11 995 071	12 148 232
PPR - Fundos de pensão	411 991	430 323	445 736	484 886	487 755	403 481	419 247	407 625	348 128	353 430	365 270
PPR - SGFIM	1 533 000	1 817 000	2 200 000	2 457 000	2 385 612	1 424 214	1 315 368	1 266 917	1 043 125	964 340	937 310

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte APFIPP, ISP, APS

No entanto, o volume de ativos sob gestão não cresceu mais de 1.0% em 2013, apesar do potencial de valorização natural dos ativos graças a conjuntura favorável dos mercados financeiros, e apesar da melhoria significativa da produção.

No total, em 2013, a soma dos ativos sob gestão em Fundos PPR e das provisões matemáticas em seguros PPR e fundos de pensões PPR atingiu 13 450 812 milhões de euros, dos quais 937 milhões em fundos de investimento.

Performances no mercado dos Planos Poupança Reforma

No ano de 2013, os fundos PPR no mercado nacional obtiveram rentabilidades significativamente positivas. Destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, sempre primeiros ou terceiros das suas categorias nos últimos 12 meses, em 31 de Dezembro:

PERFORMANCES DOS FUNDOS PPR EM 2013

Nome	Rendibilidade Anualizada		
	12 Meses	36 Meses	60 Meses
Categoria B - Entre 5% e 15% de Acções			
Optimize Capital Reforma PPR Moderado	6.10	5.73	N/A
F.P. ESAF PPR Vintage	5.50	3.94	4.15
F.P. BPI Vida - PPR	3.40	2.38	2.80
F.P. SGF Patr. Ref. Prudente PPR	2.83	2.18	2.08
Categoria C - Entre 15% e 35% de Acções			
F.I.M. Espírito Santo PPR	7.9	10.52	7.57
F.P. PPR Platinum	7.16	4.12	4.98
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	6.00	3.34	5.41
F.I.M. Santander Poupança Investimento FPR	5.83	2.04	3.36
F.P. PPR Europa	5.49	3.46	4.27
F.P. CVI PPR	5.2	3.7	4.85
F.P. PPR BBVA	4.57	3.12	4.1
F.P. Vanguarda PPR	4.18	3.37	3.28
F.I.M. Millennium Poupança PPR	3.96	3.04	3.26
F.P. PPR 5 Estrelas	3.91	4.19	4.44
F.P. PPR BNU Vanguarda	3.77	2.48	2.56
F.P. SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR	3.74	1.34	1.35
F.I.M. BPI Reforma Investim. PPR	1.73	2.12	2.85
Categoria D - Mais de 35% de Acções			
Optimize Capital Reforma PPR Acções	9.76	1.63	5.19
F.I.M. Millennium Investimento PPR Acções	9.48	4.41	3.97
F.P. Poupança Reforma PPR BBVA Acções	9.20	3.39	
F.P. PPR Praemium V	7.26	3.90	3.81
F.I.M. Barclays PPR Acções Life Path 2025	7.10	2.89	6.53
F.P. SGF Patr. Ref. Acções PPR	4.63	-2.22	-0.10
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico	3.62	1.56	
F.I.M. BPI Reforma Acções PPR	3.61	-0.79	0.88

Fonte: APFIPP e Optimize Investment Partners

Perspetivas para o mercado dos Planos Poupança Reforma

A Optimize Investment Partners mantém a opinião que, com o aumento da pressão fiscal em Portugal, os aforradores vão procurar cada vez mais novos meios de otimização. O regime favorável da fiscalidade dos Planos Poupança Reforma em comparação com as outras soluções de poupança será um argumento de peso em favor do desenvolvimento da produção em 2013 e nos próximos anos.

EVOLUÇÃO DA FISCALIDADE DA POUPANÇA EM PORTUGAL 2006-2014

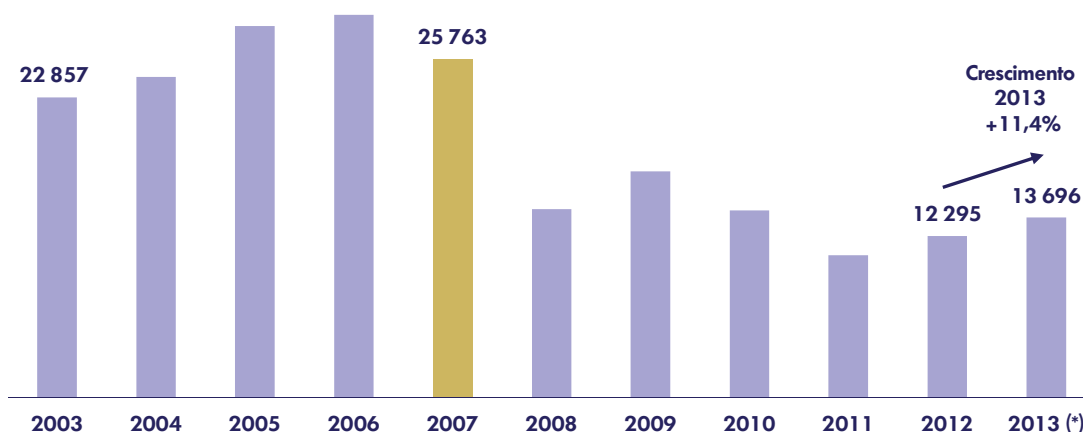
Taxa de Tributação dos Rendimentos e Mais-Valias	2006	2014
Mais-valias de ações detidas mais de 12 meses	0,0%	28,0%
Mais-valias de ações detidas menos de 12 meses	10,0 %	28,0%
Dividendos	20,0 %	28,0%
Juros	20,0 %	28,0%
Mais-valias de PPR após 8 anos com motivo legal de resgate	8,0 %	8,0 %
Mais-valias de PPR detidos mais de 8 anos fora de motivo legal	8,0 %	8,6 %

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

No ano de 2013, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou um aumento do valor dos ativos sob gestão (+11.4%), pelo segundo ano consecutivo (+13.5% em 2012)

No entanto, estes dois anos positivos não compensaram os anos de declínio quase contínuo registado no mercado desde 2006. Em média, desde 2003, o mercado perdeu cada ano -5.0%.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – 2003-2013



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (*)
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário											
OICVM	22 857	23 848	26 560	26 096	21 986	10 535	11 653	8 759	6 018	6 001	6 809
Fundos Especiais de Investimento		567	1 730	3 042	3 777	3 809	5 570	5 478	4 818	6 294	6 887
Total	22 857	24 415	28 290	29 138	25 763	14 344	17 223	14 237	10 835	12 295	13 696

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

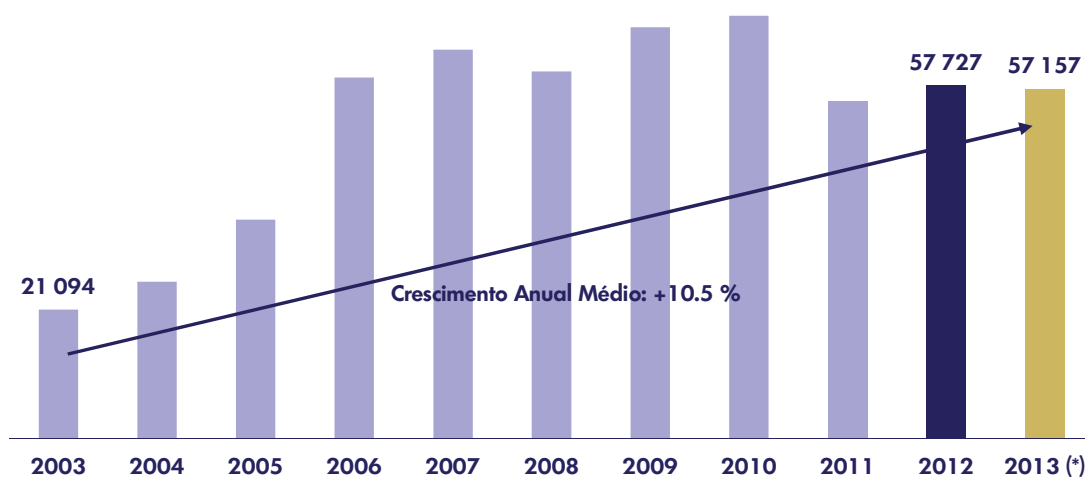
(*) Valores em 31 de Agosto de 2013

O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

Em 2013, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) estagnaram relativamente ao ano anterior, em ligeira diminuição, de -1.0% entre Dezembro de 2012 e Junho de 2013 (dados mais recentes disponíveis à data de preparação do presente relatório).

No longo prazo, desde 2003, o mercado registou um desempenho positivo elevado, com um crescimento anual médio de 10.5%.

GESTÃO POR CONTA DE OUTREM – 2003-2013



Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM -

(*) Valores em 30 de Junho de 2013

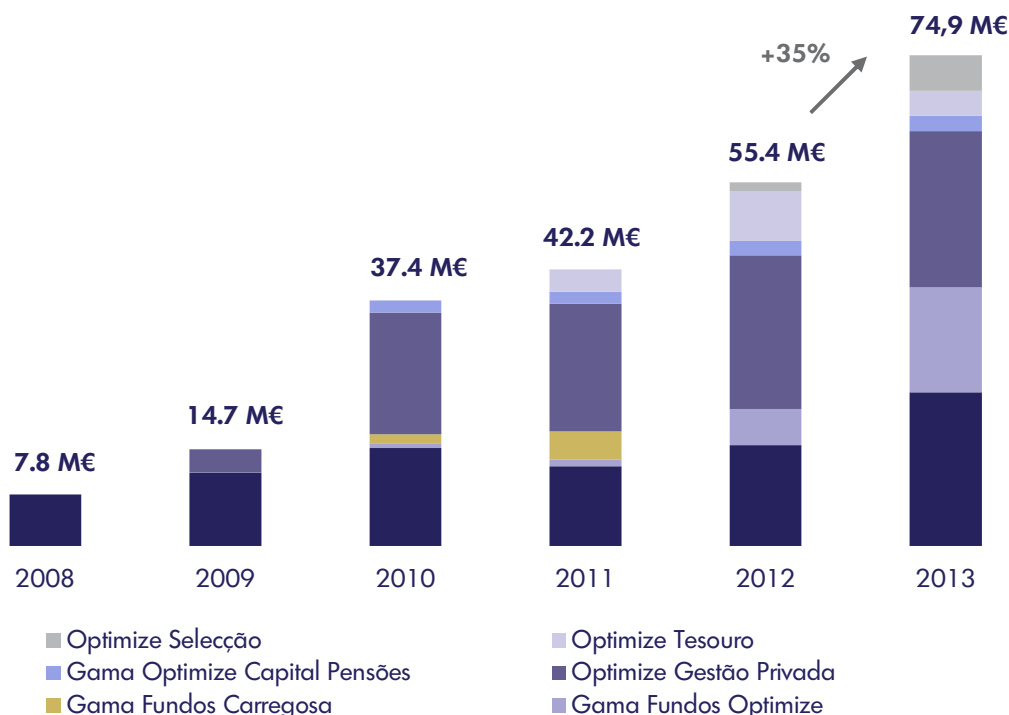
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2013

Desenvolvimento da atividade

Evolução dos ativos geridos

Em 2013, o efeito conjunto das boas performances dos fundos geridos pela Optimize Investment Partners, e do ritmo de produção permitiram atingir os objetivos previstos no ano passado no Plano de Atividade 2013-2017.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2008-2013



	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário						
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7 817 902	11 110 961	14 942 154	12 146 432	15 347 795	23 403 678
Gama Fundos Optimize	12 639	82 907	635 080	1 022 526	5 538 763	16 032 363
Gama Fundos Carregosa	0	0	1 487 000	4 274 739	0	0
Total	7 830 541	11 193 868	17 064 234	17 443 697	20 886 557	39 436 041
Gestão de Patrimónios						
Optimize Gestão Privada	0	3 491 365	18 536 864	19 534 749	23 391 970	23 810 670
Gama Optimize Capital Pensões	0	0	1 818 788	1 784 290	2 200 582	2 379 558
Optimize Tesouro	0	0	0	3 418 295	7 689 299	3 758 053
Optimize Seleção	0	0	0	0	1 257 813	5 471 550
Total		3 491 365	20 355 652	24 737 334	34 539 664	35 419 830
Total	7 830 541	14 685 233	37 419 886	42 181 031	55 426 221	74 855 871

Valores em 31 de Dezembro, em euros – Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2013-2017 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão foi atingido e ligeiramente ultrapassado (+2%), embora com uma repartição diferente do expectado.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2013 – PREVISIONAL E REAL

	REAL	PREVISIONAL	DIFERENÇA
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário			
Fundos Optimize	39 436 041	29 930 880	32%
Optimize Gestão Privada	33 040 272	38 780 723	-15%
Gama Optimize Capital Pensões	2 379 558	4 401 164	-46%
Total	74 855 871	73 112 767	2%

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Performance e Volatilidade dos fundos geridos

TABELA DE PERFORMANCE E VOLATILIDADE EM 2013

Fundo	Início de atividade	Performance	Volatilidade
Optimize Capital Reforma PPR Acções	25-09-2008	+ 9,8 %	7,2 %
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	25-09-2008	+ 6,0 %	6,0 %
Optimize Capital reforma PPR Moderado	19-08-2010	+6,1 %	5,1 %
Optimize Investimento Activo	24-11-2008	+14,9 %	9,0 %
Optimize Europa Valor	31-12-2010	+16,3 %	10,2 %
Optimize Europa Obrigações	01-07-2013	+4,1 %	N/A

Em 2013, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas, das melhores nas suas categorias. O fundo Optimize Capital Reforma PPR Moderado foi distinguido por 5 estrelas na Morningstar em Janeiro de 2014. O fundo Optimize Capital Reforma PPR Acções foi eleito Escolha Acertada pela Deco / Proteste Investe em Novembro de 2013. Segundo os dados da Morningstar analisados pela revista Funds People, em 2013, a Optimize Investment Partners classificou-se no segundo lugar das Sociedades Gestoras Portuguesas pelas rentabilidades dos seus fundos de investimento. Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners ocupam os primeiros a terceiros lugares pelas performances nas suas respetivas categorias, no mercado (ver página 10 do presente relatório).

Evolução da Produção

No ano de 2013 o net inflow atingiu 10.786.828€, representando um regresso a níveis compráveis com os 8.213.024€ produzidos em 2011. Em 2012, a mediocridade da produção líquida deveu-se essencialmente penalizada pelo impacto negativo do fecho definitivo dos fundos da gama Carregosa, em Novembro de 2012 (-3.376.874€).

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Capital Reforma PPR (+6.658.497€), Optimize Seleção (+3.903.801€), e os 3 Fundos da Gama Optimize (+3.869.099€).

Salientamos que, em 2013 foi alcançado um recorde em termos de produção para os fundos Optimize e PPR, com um total líquido de 10.527.596€.

PRODUÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Funds						
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7 801 114	2 111 440	3 290 049	-1 242 591	1 640 733	6 658 497
	<i>7 831 114</i>	<i>2 192 382</i>	<i>4 580 586</i>	<i>2 374 791</i>	<i>3 404 808</i>	<i>8 174 679</i>
Gama Fundos Optimize	13 150	68 382	523 752	624 990	883 951	3 869 099
	<i>13 150</i>	<i>68 382</i>	<i>553 524</i>	<i>1 010 847</i>	<i>1 211 854</i>	<i>4 263 445</i>
Gama Fundos Carregosa			1 487 000	3 476 811	-3 376 874	0
			<i>1 487 000</i>	<i>4 518 167</i>	<i>180 000</i>	<i>0</i>
Total	7 814 264	2 179 822	5 300 801	2 859 210	-852 190	10 527 596
	<i>7 844 264</i>	<i>2 260 764</i>	<i>6 621 110</i>	<i>7 903 805</i>	<i>4 796 662</i>	<i>12 438 124</i>
Asset Management						
Optimize Gestão Privada		3 246 835	15 882 607	2 026 353	267 477	299 656
		<i>3 286 755</i>	<i>26 516 528</i>	<i>9 463 522</i>	<i>16 669 336</i>	<i>4 954 677</i>
Gama Optimize Capital Pensões			1 822 584	54 811	38 709	1 336
			<i>1 822 584</i>	<i>148 394</i>	<i>113 157</i>	<i>96 186</i>
Optimize Tesouro				3 272 650	3 339 278	-3 945 561
				<i>3 293 920</i>	<i>5 664 572</i>	<i>1 683 517</i>
Optimize Selecção					1 240 276	3 903 801
					<i>1 240 584</i>	<i>4 068 433</i>
Total	0	3 246 835	17 705 191	5 353 814	4 885 740	259 232
	<i>0</i>	<i>3 286 755</i>	<i>28 339 112</i>	<i>12 905 836</i>	<i>23 687 649</i>	<i>10 802 813</i>
Total	7 814 264	5 426 657	23 005 992	8 213 024	4 033 550	10 786 828
	<i>7 844 264</i>	<i>5 547 519</i>	<i>34 960 222</i>	<i>20 809 641</i>	<i>28 484 311</i>	<i>23 240 937</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

Desenvolvimento da gama de produtos

Segmento dos Fundos de Investimento

No início do segundo semestre de 2013, e com o intuito de reforçar a sua gama de fundos de investimento, a Optimize Investment Partners criou um novo fundo, Optimize Europa Obrigações.

Este fundo procura atingir uma valorização real do capital a longo prazo, através da gestão de uma carteira de ativos obrigacionistas e de natureza maioritariamente Investment Grade, nos mercados Europeus.

A Administração da Optimize Investment Partners achou oportuna a criação deste fundo para proporcionar aos seus clientes um acesso simplificado ao seu “know-how” em matéria de Obrigações, comprovado nos anos anteriores através das performances obtidas pela gestão de carteiras individuais e de fundos PPR.

Quanto ao posicionamento do fundo, que terá sempre um mínimo de 50% de obrigações de Estados da União Europeia ou de natureza Investment Grade em carteira, deve permitir, num contexto futuro de estagnação ou, até, aumento das taxas diretoras, proporcionar aos seus participantes um equilíbrio entre risco e performance, ou seja, entre Investment Grade e High Yield.

1.3 Contas 2013

Resultados do exercício

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA realizou em 2013 um Produto Bancário de **781.851,10€**, e um resultado antes de impostos de 132.635,70€. No entanto, uma revisão do ativo por impostos diferidos pelo valor de 60.116,64€ para além dos impostos correntes leva a um resultado líquido de **60.961,30€**.

Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2013

	2013	2012
Juros e rendimentos similares	2.817,83 €	1.758,51 €
Juros e encargos similares	9,47 €	-1.026,72 €
Margem Financeira	2.808,36 €	731,79 €
Rendimentos de serviços e comissões	839.896,11 €	656.567,13 €
Encargos com serviços e comissões	-56.753,56 €	-81.958,74 €
Resultados de activos financeiros	23,30 €	42,32 €
Resultados de reavaliação cambial	-51,30 €	105,76 €
Outros resultados de exploração	-4.071,81 €	67.354,73 €
Produto bancário	781.851,10 €	642.842,99 €
Custos com pessoal	-469.489,83 €	-447.939,99 €
Gastos gerais administrativos	-169.344,26 €	-178.994,37 €
Amortizações do exercício	-10.091,31 €	-8.431,35 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	290,00 €	122,00 €
Resultado antes de impostos	132.635,70 €	7.355,28 €
Impostos Correntes	- 11.557,76 €	- 3.840,46 €
Impostos Diferidos	- 60.116,64 €	- 67.053,00 €
Resultado após impostos	60.961,30 €	-63.538,18 €

O resultado antes de impostos do exercício é positivo pelo segundo ano consecutivo. Mas esse resultado fica aquém das previsões (190.274€ antes de impostos e 142.705€ após impostos), apesar de ter atingido os objetivos em termos de ativos sob gestão. São nomeadamente os rendimentos de serviços e comissões, aquém do previsto, e os encargos com serviços e comissões, acima do previsto, que expliquem essa contra-performance.

Demonstração de resultado 2013 – Previsional e Real

	Real	Previsional
Comissões de Gestão	839.896 €	871.335 €
Produto Financeiro	2.808 €	8.100 €
Outros Rendimentos	-4.072 €	0 €
Rendimentos	838.632 €	879.435 €
Custos com Distribuição	56.754 €	35.593 €
Custos com pessoal	469.490 €	456.900 €
Gastos gerais administrativos	169.344 €	187.940 €
Amortizações do exercício	10.091 €	7.600 €
Outros Custos	317 €	0 €
Total Custos	705.996 €	689.162 €
Resultado	132.636 €	190.274 €
Impostos	-11.558 €	-47.568 €
Impostos Diferidos	-60.117 €	0 €
Resultado após impostos	60.961 €	142.705 €

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2013

A empresa dispunha no final de 2013 de uma tesouraria de **71.806,75€**.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2013	2012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.806,75 €	169.536,75 €
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Tesouraria Total	71.806,75 €	169.536,75 €

Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, 60.961,30€, seja aplicado, por 10% em Reserva Legal e 90% em Resultados Transitados.

Outras informações

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2013 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Perspetivas futuras

Após 2 anos de resultados acima do break-even em termos operacional, a equipa de Administração da Optimize Investment Partners antecipa um desempenho positivo da sua atividade, que deverá permitir constatar resultados em crescimento no exercício 2014 e seguintes.

Factos relevantes após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2013, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Lisboa, 7 de Março de 2013

Pela Administração

| 2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2013 – Ativo

Activo	Notas	EUR			
		31/12/2013	31/12/2012		
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0.00	0.00	0.00	0.00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	71 806.75	0.00	71 806.75	169 536.75
Activos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros activos financeiros ao justo valor através de result.		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos financeiros disponíveis para venda	2	249 302.73	0.00	249 302.73	31 410.33
Aplicações em instituições de crédito		0.00	0.00	0.00	0.00
Crédito a clientes		0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos detidos até à maturidade		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos não correntes detidos para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros activos tangíveis	3	80 548.06	58 265.56	22 282.50	21 593.04
Activos intangíveis	4	69 755.90	68 799.10	956.80	2 298.31
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos por impostos correntes		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos por impostos diferidos	5	186 277.60	0.00	186 277.60	244 959.59
Outros activos	6	175 660.87	0.00	175 660.87	155 946.63
Total de Activo		833 351.91	127 064.66	706 287.25	625 744.65

2.2 Balanço em 31 de Dezembro de 2013 – Passivo e Capital

	Notas	31/12/2013	EUR 31/12/2012
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0.00	0.00
Passivos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Recursos de outras instituições de crédito		0.00	0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0.00	0.00
Responsabilidades representadas por títulos		0.00	0.00
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00
Passivos não correntes detidos para venda		0.00	0.00
Provisões	7	1 576.00	1 286.00
Passivos por impostos correntes	8	4 224.04	862.65
Passivos por impostos diferidos		0.00	0.00
Instrumentos representativos de capital		0.00	0.00
Outros passivos subordinados		0.00	0.00
Outros passivos	9	118 964.71	108 675.18
Total de Passivo		124 764.75	110 823.83
Capital			
Capital	10	450 771.71	450 771.71
Prémios de emissão		0.00	0.00
Outros instrumentos de capital	10	126 037.29	126 037.29
Acções próprias		0.00	0.00
Reservas de reavaliação	2	7 290.38	1 650.00
Outras reservas e resultados transitados		-63 538.18	0.00
Resultado do exercício		60 961.30	-63 538.18
Dividendos antecipados		0.00	0.00
Total de Capital		581 522.50	514 920.82
Total de Passivo e Capital		706 287.25	625 744.65

2.3 Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2013

		EUR	
	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Juros e rendimentos similares	11	2 817.83	1 758.51
Juros e encargos similares	11	9.47	1 026.72
Margem financeira		2 808.36	731.79
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	12	839 896.11	656 567.13
Encargos com serviços e comissões	13	56 753.56	81 958.74
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	14	23.30	42.32
Resultados de reavaliação cambial	14	-51.30	105.76
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	15	-4 071.81	67 354.73
Produto bancário		781 851.10	642 842.99
Custos com pessoal	16	469 489.83	447 939.99
Gastos gerais administrativos	17	169 344.26	178 994.37
Amortizações do exercício	3, 4	10 091.31	8 431.35
Provisões líquidas de reposições e anulações	7	290.00	122.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		0.00	0.00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		132 635.70	7 355.28
Impostos			
Correntes		11 557.76	3 840.46
Diferidos	5	60 116.64	67 053.00
Resultado após impostos		60 961.30	-63 538.18
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00

2.4 Demonstração de Rendimento Integral

	EUR	
Rubricas	31/12/2013	31/12/2012
Resultado do período	60 961.30	-63 538.18
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	5 640.38	7 110.00
Imposto Diferido	60 116.64	67 053.00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0.00	0.00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	126 718.32	10 624.82

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2013	2012	EUR
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros recebidos	203.92	420.17	
Comissões recebidas	846 709.18	680 665.41	
Pagamento de juros	-	-	
Pagamento de comissões	- 30 902.40	- 41 011.34	
Pagamentos a empregados	- 246 763.44	- 278 546.21	
Pagamentos a fornecedores	- 166 959.73	- 210 135.39	
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	- 531 238.85	- 317 378.57	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	853 863.43	747 397.02	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	- 599 607.06	- 489 559.43	
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-	-	
	125 305.05	91 851.66	
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos respeitanto a:			
Venda de activos financeiros			
Venda de activos tangíveis e intangíveis			
Juros e proveitos similares	3 943.50	1 312.50	
Dividendos			
Pagamentos respeitanto a:			
Acquisição de activos financeiros	- 214 737.00	- 1 100.77	
Acquisição de activos tangíveis e intangíveis	- 9 240.50	-	
Juros e proveitos similares	- 3 001.05	-	
Dividendos			
	- 223 035.05	211.73	
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitanto a:			
Empréstimos obtidos			
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	-	-	
Subsídios de doações			
Vendas de acções próprias			
Cobertura de prejuízos			
Pagamentos respeitanto a:			
Empréstimos obtidos			
Amortizações de contratos de locação financeira			
Juros e custos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e prestações suplementares			
Acquisições de acções próprias			
	0.00	0.00	
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-97 730.00	92 063.39	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	169 536.75	77 473.36	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	71 806.75	169 536.75	

2.6 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2013

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2011	1 538 470.00	0.00	0.00	0.00	-5 460.00	0.00	-897 334.01	-64 326.69	571 349.30
Aplicação do resultado de 2011							-64 326.69	64 326.69	0.00
Redução de capital social	-1 087 698.29		126 037.29				961 660.70		0.00
Efeito de valorização de títulos detidos 2012					7 110.00			-63 538.18	-56 428.48
Saldos em 31/12/2012	450 771.71	0.00	126 037.29	0.00	1 650.00	0.00	0.00	-63 538.18	514 920.82
Aplicação do resultado de 2012							-63 538.18	63 538.18	0.00
Redução de capital social									0.00
Efeito de valorização de títulos detidos 2013					5 640.38			60 961.30	66 601.68
Saldos em 31/12/2013	450 771.71	0.00	126 037.29	0.00	7 290.38	0.00	-63 538.18	60 961.30	581 522.50

| 3 Anexos

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Carlos Ahrens Teixeira Esteves
Secretário	Tiago da Silva Delfim de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Tiago da Silva Delfim de Matos

FISCAL ÚNICO

Fiscal Único	BDO & Associados - SROC, Lda. representada por Pedro Manuel Aleixo Dias
Suplente do Fiscal Único	Gonçalo Raposo da Cruz, ROC

Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, não existem membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade.

Informação sobre as participações de acionistas no capital da sociedade

Em 31 de Dezembro de 2013, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

Informação sobre a Política de remuneração

Conforme aviso 10/2011 do Banco de Portugal, informamos que:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração é composta dos seguintes elementos:

- Colaboradores: sem remuneração variável
 - Administradores não executivos: sem remuneração variável
 - Administradores executivos: remuneração variável de 1% do resultado antes de imposto, dividido em partes iguais entre os administradores executivos, não podendo ultrapassar 15% dos custos salariais, que poderá ser ajustada de + ou - 20% pela Assembleia Geral.
 - O Presidente do Conselho de Administração não auferindo remuneração fixa, beneficia ainda de uma remuneração variável aplicável à carteira de clientes angariados pela equipa comercial da Optimize junto de contactos pessoais do Presidente, conforme as regras de remuneração da rede de agentes ligados da Optimize Investment Partners, até o máximo de 0,6% do valor dos ativos sob gestão nessa carteira de clientes.
3. Sendo diretamente ligada ao resultado antes de imposto da instituição, a remuneração variável dos membros executivos permite alinhar os interesses de cada membro do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição.

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os colaboradores: os administradores executivos
 - Para os Administradores: a Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário, de gestão discricionária de carteiras, e comercialização de unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por outrem, com o número de registo 327.

Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

Alterações de políticas contabilísticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2013

Políticas contabilísticas mais significativas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Comissão de gestão

A comissão de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospectos, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

b) Comissão de Gestão Privada

A comissão de Gestão Privada, corresponde à remuneração da sociedade pela sua atividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respetivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua atividade encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas estabelecidas para fins fiscais, as quais se consideram traduzir a vida útil esperada dos bens.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que atualmente é de 3 anos.

e) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

g) Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

h) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 1)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à Ordem	71 806.75	169 536.75
Banco LJ Carregosa	8 820.11	90 374.42
BBVA	0.00	1 982.29
Banco Invest	7 308.06	4 268.76
Banif Banco de Investimento	8 547.38	5 324.87
Banque de Luxembourg	14 829.38	15 767.19
Banco BPI	32 301.82	51 819.22

Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 2)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2012	Activos adquiridos	Activos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2013
OT PGB 4.375% 16/06/14	30 360.00	0.00	0.00	-12.00	0.00	30 348.00
OT PGB 3.6% 15/10/14	0.00	35 352.00	0.00	1 011.60	0.00	36 363.60
OT PGB 6.4% 15/02/16	0.00	50 345.00	0.00	2 315.00	0.00	52 660.00
OT PGB 4.45% 15/06/18	0.00	29 040.00	0.00	789.00	0.00	29 829.00
Patris Tesouraria	0.00	100 000.00	0.00	102.13	0.00	100 102.13
Outros activos financeiros disponíveis para venda	1 050.33	0.00	1 050.33	0.00	0.00	0.00
	31 410.33	214 737.00	1 050.33	4 205.73	0.00	249 302.73

O título OT PGB 4 3/8% 16/06/14 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4 3/8% e vencimento em 16 de Junho de 2014.

O título OT PGB 3.6% 15/10/14 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 3.6% e vencimento em 15 de Outubro de 2014.

O título OT PGB 6.4% 15/02/16 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 6.4% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2016.

O título OT PGB 4.45% 15/06/18 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.45% e vencimento em 15 de Junho de 2018.

O título Patris Tesouraria é um fundo de tesouraria de direito português, que é detido pela Optimize SGFIM enquadrado pela exceção prevista na alínea c) do número 1 do artigo 81º do novo RJOIC.

Outros ativos tangíveis (Nota 3)

Os ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Activo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	38 050.50	-	542.83	-	-	38 593.33
Outras máquinas administrativas	897.95	-	-	-	897.95	-
Equipamento informático	28 677.97	-	8 896.43	-	897.95	38 472.35
Instalações interiores	3 482.38	-	-	-	-	3 482.38
Total Bruto	71 108.80	-	9 439.26	-	-	80 548.06
Mobiliário e material	21 038.37	-	4 841.80	-	-	25 880.17
Outras máquinas administrativas	308.55	-	-	-	308.55	-
Equipamento informático	26 137.72	-	3 472.76	-	308.55	29 919.03
Instalações interiores	2 031.12	-	435.24	-	-	2 466.36
Total amortizações	49 515.76	-	8 749.80	-	-	58 265.56
Total Líquido	21 593.04	-	689.46	-	-	22 282.50

Ativos Intangíveis (Nota 4)

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Activo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	69 755.90	-	-	-	-	69 755.90
Total Bruto	69 755.90	-	-	-	-	69 755.90
Software	67 457.59	-	1 341.51	-	-	68 799.10
Total amortizações	67 457.59	-	1 341.51	-	-	68 799.10
Total Líquido	2 298.31	-	1 341.51	-	-	956.80

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	69 755.90	-	68 799.10	956.80	33.33%

Ativos por impostos diferidos (Nota 5)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Ativos por impostos diferidos	186 277.60	244 959.59
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2008	0.00	43 559.00
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2009	105 826.79	105 826.79
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2010	61 559.40	76 682.39
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2011	18 891.41	18 891.41

Tendo em conta as perspectivas de lucro estabelecidas para os exercícios 2014 e seguintes, foi considerado oportuno alterar o ativo por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais dos exercícios de 2008 a 2011.

Como se estima que o prejuízo dedutível correspondendo aos exercícios de 2008 e 2010 não será integralmente utilizado até ao exercício de 2014, o respetivo valor foi reduzido em 2013. Estima-se que o prejuízo fiscal dedutível correspondente aos exercícios de 2009 e 2011 será integralmente utilizado até ao exercício de 2015.

Em consequência os Ativos por impostos diferidos diminuíram de 60.116,64€ no exercício 2013.

Outros ativos (Nota 6)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outros activos	175 660.87	155 946.63
Sector público administrativo	3 197.47	2 949.40
<i>IRC - PEC</i>	0.00	2 112.61
<i>IRC - Ret. Fonte - juros bancários</i>	0.00	0.00
<i>DGCI</i>	0.00	0.00
<i>Retenções IRS clientes</i>	3 197.47	836.79
<i>Juros de activos financeiros disponiveis para venda</i>	0.00	0.00
Devedores diversos	36 646.45	26 841.05
<i>Allianz</i>	0.00	0.00
<i>Banque de Luxembourg</i>	4 778.33	4 594.67
<i>Hercesa - Caução renda escritório</i>	7 744.00	7 744.00
<i>Banif Amoreiras</i>	0.00	0.00
<i>CTT conta corrente</i>	296.28	494.89
<i>Banco LJ Carregosa</i>	0.00	12 725.84
<i>Optimize Mediação</i>	0.00	0.00
<i>Portline</i>	0.00	0.00
<i>MDS Corretor de Seguros</i>	6 125.78	1 094.70
<i>Banco Invest</i>	6 211.30	0.00
<i>Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social</i>	11 473.51	0.00
<i>Outros devedores</i>	17.25	186.95
Devedores diversos - Fundos	54 548.44	31 442.19
<i>Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR</i>	17 288.62	14 731.57
<i>Optimize Capital Reforma Acções PPR</i>	10 701.17	6 173.91
<i>Optimize Capital Reforma Moderado PPR</i>	1 562.08	1 491.73
<i>Optimize Capital Reforma Inv. Activo</i>	11 944.65	6 579.30
<i>Optimize Europa Valor</i>	6 539.91	1 630.50
<i>Optimize Capital Pensões Acções</i>	914.71	285.83
<i>Optimize Capital Pensões Equilibrado</i>	974.19	263.01
<i>Optimize Capital Pensões Moderado</i>	873.18	286.34
<i>Optimize Europa Obrigações</i>	3 749.93	0.00
Clientes Gestão Privada	69 525.29	82 168.24
<i>Comissão Fixa</i>	67 834.16	76 802.57
<i>Comissão de Entrega</i>	1 385.77	1 718.91
<i>Comissão de Performance</i>	305.36	3 646.76
Despesas com Encargos Diferidos	9 345.39	11 225.54
<i>Seguros</i>	333.12	2 936.52
<i>Outras Rendas</i>	3 197.85	3 197.85
<i>Outras</i>	5 814.42	5 091.17
Rendimentos a receber	2 397.83	726.37
Outras Contas de Regularização - IVA	0.00	593.84

Saldo devedor conta IGFSS: A sociedade liquidou em 16dez13 o montante de € 11 474 por 2 processos intentados pela Segurança Social. Os processos encontram-se a decorrer e existe a expectativa de obter a devolução dos montantes liquidados, pelo que, este valor foi contabilizado como um ativo. Esta situação, incluindo uma explicação das perspetivas de recuperação deste saldo, deverá ser divulgada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Provisões (Nota 7)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Provisões	
Provisões para risco geral de crédito	
Saldo 31.12.2012	1 286.00
Aumento	290.00
Reposições e anulações	-
Saldo 31.12.2013	1 576.00

As provisões para risco geral de crédito, são constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que foi alterado pelos Avisos 2/99, 3/99, 7/2000, 4/2002, 8/2003, 9/2003 e 3/2005.

Passivos por impostos correntes (Nota 8)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Passivos por impostos correntes	4 224.04	862.65
Retenção de IRC na fonte	4 224.04	862.65

Outros passivos (Nota 9)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outros passivos	118 964.71	108 675.18
Credores - Sector público administrativo	21 524.73	28 967.33
<i>Retenção de impostos na fonte</i>	<i>13 255.72</i>	<i>8 124.19</i>
<i>Contribuições para a segurança social</i>	<i>8 269.01</i>	<i>6 564.76</i>
<i>Impostos devidos por fundos extintos</i>	<i>0.00</i>	<i>14 278.38</i>
Credores por fornecimento de bens	13 874.72	21 952.52
Outros Credores	46 122.92	20 214.87
<i>Angaridores</i>	<i>44 944.17</i>	<i>19 822.37</i>
<i>Empresas do grupo</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
<i>Despesas colaboradores</i>	<i>1 178.75</i>	<i>392.50</i>
Encargos a pagar	32 815.14	30 161.49
<i>Remunerações de empregados</i>	<i>23 540.50</i>	<i>22 146.00</i>
<i>Encargos sociais</i>	<i>5 590.87</i>	<i>5 259.68</i>
<i>Outros encargos a pagar</i>	<i>3 683.77</i>	<i>2 755.81</i>
Outras Contas de Regularização - IVA	4 627.20	7 378.97

Capital (Nota 10)

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126,037.29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito a autorização prévia por parte do Banco de Portugal.

Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares (Nota 11)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	2 808.36	731.79
Juros e rendimentos similares	2 817.83	1 758.51
<i>Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras</i>	<i>203.92</i>	<i>420.17</i>
<i>Juros de activos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>2 613.91</i>	<i>1 338.34</i>
Outros juros e encargos similares	9.47	1 026.72

Rendimentos de serviços e comissões (Nota 12)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos de serviços e comissões	839 896.11	656 567.13
Comissão de gestão de fundos de investimento	515 806.47	361 084.73
Comissões de gestão de discricionária	324 089.64	295 482.40
<i>Comissão Fixa</i>	<i>295 065.83</i>	<i>282 785.38</i>
<i>Comissão Performance</i>	<i>248.26</i>	<i>4 787.74</i>
<i>Comissão de Entrega</i>	<i>18 844.33</i>	<i>7 909.28</i>
<i>Rebates fundos em carteiras de gestão discricionária</i>	<i>9 931.22</i>	<i>0.00</i>

Encargos com serviços e comissões (Nota 13)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Encargos com serviços e comissões	56 753.56	81 958.74
Comissões por depósito e guarda de valores	0.00	0.00
Honorários angariadores	52 392.47	80 259.82
Por serviços bancários prestados	4 361.09	1 698.92

O valor de 52.392,47€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pela rede de agentes vinculados.

Resultados em operações financeiras (Nota 14)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Resultados em operações financeiras	-28.00	148.08
Resultados de reavaliação cambial	-51.30	105.76
<i>Ganhos em diferenças cambiais</i>	<i>166.39</i>	<i>496.25</i>
<i>Perdas em diferenças cambiais</i>	<i>217.69</i>	<i>390.49</i>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	23.30	42.32
<i>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>42.42</i>	<i>151.34</i>
<i>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>19.12</i>	<i>109.02</i>

Outros resultados de exploração (Nota 15)

Essa rubrica tem a seguinte composição

	2013	2012
Outros resultados de exploração	-4 071.81	67 354.73
Outros encargos e gastos operacionais	-13 372.29	-7 946.94
<i>Taxa mensal CMVM</i>	<i>-4 889.65</i>	<i>-4 402.79</i>
<i>Sistema de Indemnização aos Investidores</i>	<i>-2 500.00</i>	<i>-2 500.00</i>
<i>Outros</i>	<i>-5 982.64</i>	<i>-1 044.15</i>
<i>Renda de locação operacional</i>	<i>-1 557.36</i>	<i>-222.36</i>
<i>Regularização anual pro-rata</i>	<i>-1 843.48</i>	<i>-753.48</i>
<i>Outros</i>	<i>-2 581.80</i>	<i>-68.31</i>
Imposto selo e outros impostos	0.00	0.00
Outros rendimentos e receitas operacionais	9 300.48	75 301.67
<i>Reembolso de despesas</i>	<i>0.00</i>	<i>24 637.74</i>
<i>Regularização Anual por cálculo prorata IVA definitivo</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
<i>Fees de tratamento de dossier</i>	<i>8 340.00</i>	<i>6 310.00</i>
<i>Correcções relativas a exercícios anteriores</i>	<i>0.00</i>	<i>250.00</i>
<i>Outros</i>	<i>960.48</i>	<i>44 103.93</i>

Custos com pessoal (Nota 16)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Custos com pessoal	469 489.83	447 939.99
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	189 248.60	151 425.28
Remuneração de empregados	211 000.81	211 425.84
Encargos sociais obrigatórios	69 240.42	66 460.31
Outros custos com pessoal	0.00	18 628.56

Gastos Gerais Administrativos (Nota 17)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Gastos Gerais Administrativos	169 344.26	178 994.37
Gastos gerais com fornecimentos	16 230.69	16 862.11
<i>Água, energia e combustíveis</i>	4 481.06	4 200.64
<i>Material de consumo corrente</i>	8 026.21	10 272.55
<i>Outros fornecimentos de terceiros</i>	3 723.42	2 388.92
Gastos gerais com Serviços	153 113.57	162 132.26
<i>Rendas e alugueres</i>	38 374.20	40 891.22
<i>Comunicações</i>	17 647.26	20 140.22
<i>Deslocações estadas e representação</i>	17 152.65	17 389.28
<i>Publicidade</i>	15 858.05	5 355.46
<i>Conservação e reparação</i>	7 110.17	7 673.61
<i>Fomação de pessoal</i>	3 503.93	0.00
<i>Seguros</i>	5 323.60	5 499.39
<i>Serviços especializados</i>	48 099.21	65 183.08
<i>Outras Avenças</i>	5 571.60	10 897.14
<i>Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários</i>	324.67	1 275.53
<i>Informática</i>	33 172.54	33 499.03
<i>Limpeza</i>	0.00	3 231.12
<i>Informações</i>	0.00	16 280.26
<i>Auditoria</i>	9 030.40	0.00
<i>Outros serviços</i>	44.50	0.00

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de 9.840,00€.

Valores extrapatrimoniais (Nota 18)

	2013	2012
Valores extra-patrimoniais	104 946 468.73	73 138 008.85
Compromissos perante terceiros	65 430.00	52 204.57
Sistema de Indemnização aos Investidores	65 430.00	52 204.57
Valores administrados pela instituição	104 881 038.73	73 085 804.28
Gestão de Carteiras	65 444 997.92	52 199 247.03
Fundos de Investimento geridos	39 436 040.81	20 886 557.25

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque neutros em termos de ativos realmente geridos.

Saldos com entidades relacionadas (Nota 19)

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2009	220.00	-5 652.88
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2010	1 530.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2011	1 530.00	-2 757.73
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2012	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0.00	0.00

Reconciliação de taxas de impostos sobre o rendimento (Nota 20)

	2013	2012
		EUR
Resultado antes de imposto	132 635.70	7 342.66
resultado líquido	5 855.73	1 650.00
Despesas não dedutíveis	6 860.03	9 193.24
Resultado tributável	145 351.46	18 185.90
Prejuízos fiscais deduzidos	103 868.57	6 744.50
Matéria coletável total	41 482.89	11 441.41
outros impostos incidentes sobre lucros	8 767.53	2 860.35
Derrama	2 104.21	272.79
Tributação Autónoma	671.06	694.70
Carga fiscal total	11 542.80	3 827.84

A diferença na taxa efetiva de 8.7% em 2013, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma, e À dedução de prejuízos fiscais anteriores.

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2013	2012
Prémios de seguros e contribuições	1 089.06	1 104.04
Provisões não dedutíveis	0.00	0.00
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pela prática c	2 118.75	1 026.72
Despesas não documentadas	44.50	0.00
Desp. desloc. viatura própria	3 607.72	7 062.48
Correcções relativas a exercícios anteriores	0.00	0.00
	6 860.03	9 193.24

Salienta-se o efeito (a deduzir) relacionado com a majoração de 40% das realizações de utilidade social (artigo 43º, nº 9).

Riscos da sociedade (Nota 21)

Os riscos de crédito:

Risco de crédito	2013	2012
	235 724.40	311 673.04
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71 806.75	169 536.75
Estado e outras entidades publicas	3 197.47	1 684.81
Fundos de investimento	54 548.44	31 442.19
Clientes	69 525.29	82 168.24
Outros devedores	36 646.45	26 841.05

Os ativos financeiros disponíveis para venda:

	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda		
OT PGB 4.375% 16/06/14 - PTOTE1OE0019	30 348.00	31 410.33
OT PGB 3.6% 15/10/14 - PTOTE0OE0017	36 363.60	0.00
OT PGB 6.4% 15/02/16 - PTOTEPOE0016	52 660.00	0.00
OT PGB 4.45% [Junho 2008-2018] - PTOTENOE0018	29 829.00	0.00
Patris Tesouraria - BPNTESU PL	100 102.13	0.00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31.12.2013, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31.12.2013.

Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 9.

Forma como se realizou o Capital Social

O capital social inicial de 450.771,71 Euros foi realizado em dinheiro.

Número de ações de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 Euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada.

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas coletivas que nele detenham pelo menos 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

Notas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2013

Em 2013, foram emitidas novas normas e melhorais anuais, as quais não tiveram impacto nos montantes reportados e divulgações efetuadas nestas demonstrações financeiras:

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e não endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2012 e 1 de Janeiro de 2013:

- IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais
- IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros
- IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)
- IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS 11 Acordos conjuntos

- IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades
- IFRS 13 Mensuração do justo valor
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisada em 2011)
- IAS 28 Investimentos em associadas e *joint ventures*
- IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)
- IFRIC 20 Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície

Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não aplicáveis:

- Introdução da IFRS 10: DF's consolidadas: A IFRS 10 substitui a IAS 27 e revoga a SIC 12 e estabelece novo conceito de controlo, procurando responder às questões como se entidade tem poder sobre a investida, a entidade está exposta a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida, a entidade tem a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados variáveis, a estrutura legal da investida é irrelevante e apenas uma parte pode controlar a investida (uma investida não pode ser consolidada por mais de uma entidade).
- Introdução da IFRS 11: Acordos conjuntos: A IFRS 11 substitui a IAS 31 e a SIC 13 e altera o conceito de controlo conjunto definindo ainda o conceito de operações conjuntas, sendo removida a opção de contabilizar por consolidação proporcional os empreendimentos conjuntos, passando a entidade a contabilizar o seu interesse apenas pelo método de equivalência patrimonial. A IFRS estabelece que a existência de um veículo separado (estrutura financeira identificável separadamente) por si só não determina a classificação como operação conjunta ou como empreendimento conjunto (e a correspondente mensuração subsequente).
- Introdução da IFRS 12: Divulgação de interesses noutras entidades: Exige que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das DFs avaliarem:
 - A natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades;
 - Os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa;
 - Informação sobre julgamentos e assunções que a Entidade efetuou na determinação do Controlo, Controlo Conjunto, influência significativa;
 - Divulgação de informação relativa a Subsidiárias, Acordos conjuntos e Associadas e Entidades estruturadas não consolidadas (exigências de divulgação relacionadas com IFRS 10 - Subsidiárias, IFRS 11 - Acordos conjuntos e IAS 28 - Associadas).
- Alterações à IAS 27: DF's separadas: Passa a tratar apenas das disposições relacionadas com DFs separadas, após as disposições sobre DFs consolidadas terem sido transferidas para a IFRS 10 e para a IFRS 12, integrando ainda os requisitos de divulgações que anteriormente estavam na IAS 28 e na IAS 31.
- Alterações à IAS 28: Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos: Maioria das disposições não sofreu alterações tendo sido apenas incluída na norma a contabilização dos empreendimentos conjuntos.
- Alterações à IAS 32: Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros e clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12. As alterações vêm clarificar o direito de uma Entidade compensar ativos financeiros com passivos financeiros se e

só se tiver atualmente um direito (contratual / legal) de compensar as quantias e se pretender liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. Por outro lado, o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12.

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

4 Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Optimize Investment Partners, SGFIM, SA** (adiante também designada por Optimize ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 706 287 euros e um total de Capital próprio de 581 523 euros, incluindo um Resultado líquido de 60 961 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração (f), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Optimize Investment Partners, SGFIM, SA** em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que, conforme divulgado na nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras, estão reconhecidos em 31 dezembro de 2013 ativos por impostos diferidos de 186 278 euros, relacionados com o reporte de prejuízos fiscais dos exercícios de 2008 a 2011. A realização destes ativos por impostos diferidos implicará a obtenção de resultados fiscais positivos de cerca de 1 150 000 euros, durante os exercícios de 2014 e 2015, nos termos previstos no *Business Plan* da Empresa.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de março de 2014



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a atividade da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 12 de março de 2014

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados SROC